

**UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM ENGENHARIA DA PRODUÇÃO**

LUAN PHILIPPE PILATTI BARBOSA

ANÁLISES DE CRÉDITO BASEADAS EM ESTUDO DE BALANÇOS

MONOGRAFIA DE ESPECIALIZAÇÃO

PONTA GROSSA

2016

LUAN PHILIPPE PILATTI BARBOSA

ANÁLISES DE CRÉDITO BASEADAS EM ESTUDO DE BALANÇOS

Trabalho de Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Engenharia de produção, do Departamento de Engenharia de Produção, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. Flávio Trojan

PONTA GROSSA

2016

	<p>Ministério da Educação UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ CAMPUS PONTA GROSSA Diretoria de Pesquisa e Pós-Graduação Curso de Especialização em Engenharia de Produção</p>	
---	--	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

ANÁLISES DE CRÉDITO BASEADAS EM ESTUDOS DE BALANÇOS.

por

Luan Philippe Pilatti Barbosa

Esta monografia foi apresentada às onze horas do dia 12 de março de 2016, como requisito parcial para a obtenção do título de ESPECIALISTA EM ENGENHARIA DE PRODUÇÃO. O candidato foi arguido pela Banca Examinadora composta pelos professores abaixo assinados. Após deliberação, a Banca Examinadora considerou o trabalho aprovado.

Prof. Dr. Antonio Carlos de Francisco (UTFPR)
Banca

Prof. Dr. Flavio Trojan (UTFPR)
Orientador

Visto do Coordenador:

Prof. Dr. Luis Mauricio de Resende
Coordenador
CEEP – Câmpus Ponta Grossa

AGRADECIMENTOS

Certamente estes parágrafos não irão atender a todas as pessoas que fizeram parte dessa importante fase de minha vida. Portanto, desde já peço desculpas àquelas que não estão presentes entre essas palavras, mas elas podem estar certas que fazem parte do meu pensamento e de minha gratidão.

Agradeço ao meu orientador Prof. Dr. Flávio Trojan, pela sabedoria, orientação e tempo despendido para a conclusão deste trabalho.

Aos meus colegas de sala que foram companheiros durante todo este ano, dentro e fora de sala, em especial aos “sobreviventes” que criaram um laço de amizade fora do ambiente de estudo.

A minha família que me apoia em todas as coisas que faço na vida, e sem eles, nada seria possível.

A Secretaria do Curso, pela cooperação.

“O único lugar aonde o sucesso vem
antes do trabalho é no dicionário.”

Albert Einstein

RESUMO

Barbosa, Luan P. Pilatti. **Análises de crédito baseadas em estudo de balanço.** 2016. 46. Trabalho de Monografia (Especialização em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2016.

Devido ao crescimento de um mercado competitivo, bem como, crises financeiras nos mais diversos setores da economia, cada vez mais se faz necessário zelar ao máximo pelo capital financeiro de uma empresa. Este trabalho tem como objetivo demonstrar quais os aspectos relevantes em uma análise de crédito e como utilizá-los para evitar a inadimplência. Para isso foi analisado o balanço de uma empresa de capital aberto, via balanços divulgados eletronicamente no CVM (Comissão de valores Mobiliários). Diante dos vários índices calculados para determinada empresa é possível analisar a capacidade e evolução financeira de possíveis clientes, sendo mais assertiva a tomada de decisão. Diante dos números expressivamente positivos para a empresa analisada, muito provavelmente em um possível relacionamento comercial, seria concedido crédito para venda de produtos.

Palavras-chave: Crédito. Balanço. Liquidez.

ABSTRACT

Barbosa, Luan P. Pilatti. **Análises de crédito baseadas em estudo de balanço.** 2016. 46. Trabalho de Monografia (Especialização em Engenharia de Produção) - Universidade Tecnológica Federal do Paraná. Ponta Grossa, 2016.

Due to the growth of a competitive market, as well as financial slump in many sectors of the economy, increasingly it's necessary to ensure the financial capital of a company. This work it has goal to demonstrate which aspects are relevant in a credit analysis and how to use them to avoid the financial default. For this it was analyzed the balance of a company with open capital, by way of balances published electronically on CVM (Commission of Securities). In according to the many index calculated for a studied company can analyze the capacity and financial developments of potential customers, it's more assertive decision making. Given the significantly positive numbers for the company analyzed, most likely in a potentially business relationship, credit would be granted for sale of products.

Keywords: Credit. Balance. Credit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1 - Estrutura de capital da empresa	38
Gráfico 2 - Liquidez	40

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Tabela 1- Estrutura de Capital.....	24
Tabela 2 - Índices de Liquidez.....	27
Tabela 3 - Índices de Rentabilidade	30
Tabela 4 - Padronização de contas do Ativo	34
Tabela 5 - Padronização de contas do Passivo	35
Tabela 6 - Padronização de contas da DRE.....	35
Tabela 7 - Indicadores de estrutura de capital da empresa	36
Tabela 8 - Indicadores de liquidez.....	39
Tabela 9 - Indicadores de Rentabilidade	41

LISTA DE ABREVIATURAS

AC	Ativo Circulante
ELP	Exigível à Longo Prazo
PC	Passivo Circulante
PCRLP	Realizável à Longo Prazo

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS	11
1 INTRODUÇÃO	14
1.1 OBJETIVO GERAL	14
1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS	15
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
2 METODOLOGIA.....	15
3 EMBASAMENTO TEÓRICO	16
3.1 DEFINIÇÕES DE CRÉDITO.....	16
3.2 OS CINCO C'S DO CRÉDITO.....	16
3.3 CARÁTER.....	17
3.4 CONDIÇÕES.....	18
3.5 CAPACIDADE	19
3.6 CAPITAL	20
3.7 COLATERAL	21
4. IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA NO PROCESSO PRODUTIVO	22
4.1 UTILIZAÇÃO DO BALANÇO COMO DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA	23
4.2 INDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL	24
4.2.1 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS	25
4.2.2 ENDIVIDAMENTO.....	25
4.2.3 IMOBILIZAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	26
4.2.4 IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NÃO CORRENTES	26
4.2.5 INDICES DE LÍQUIDEZ	27
4.2.5.1 Liquidez Geral.....	28
4.2.5.2 Liquidez Corrente.....	28
4.2.5.3 Liquidez Seca	29
4.2.6 ÍNDICES DE RENTABILIDADE	29
4.2.6.1 Giro do ativo.....	30
4.2.6.2 Margem Liquida.....	30
4.2.6.3 Rentabilidade do Ativo.....	31
4.2.6.4 Rentabilidade do Patrimonio Liquido	31
4.2.7 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL.....	31

4.2.7.1 Análise Vertical.....	32
4.2.7.2 Análise Horizontal	32
5. ANÁLISE DE CASO	34
5.1 PADRONIZAÇÃO DE CONTAS.....	34
5.2 ANÁLISE FINANCEIRA POR MEIO DE INDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL DA EMPRESA	36
5.3 PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE TERCEIROS.....	36
5.4 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	37
5.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	37
5.6 IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NÃO CORRENTES	38
5.7 ANÁLISE FINANCEIRA POR MEIO DE INDICES DE LIQUIDEZ.....	38
5.7.1 Liquidez Seca.....	39
5.7.2 Liquidez Corrente	39
5.7.3 Liquidez Geral	40
5.7.4 Análise financeira por meio de Indices de Rentabilidade	40
5.7.5 Giro do Ativo.....	41
5.7.6 Margem Líquida.....	41
5.7.7 Rentabilidade do Ativo	42
5.7.8 Rentabilidade do Patrimônio Líquido.....	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	43
REFERÊNCIAS	44
ANEXOS	47

1 INTRODUÇÃO

O atual mercado, considerando todas as áreas de atuação, está cada dia mais competitivo, e devido a esta concorrência crescente as empresas precisam buscar alguns diferenciais que possam as manter atuantes e continuar se sobressaindo no mercado. Uma destas estratégias que as empresas necessitam traçar para se manter inclusas no mercado seria relacionada aos aspectos financeiros da empresa. Nesta gama de recursos a empresa precisa avaliar financeiramente suas receitas e despesas de maneira detalhada, para que possa tomar as decisões mais assertivas o possível, e visando este objetivo as análises de crédito baseando-se em análises de balanço trazem uma clara segurança para iniciar um relacionamento comercial, manter ou aumentar o limite de compras dos clientes, bem com, em alguns casos cessarem o relacionamento para evitar que o cliente possa não honrar com seus compromissos.

Manter uma análise de crédito atualizada de todos os atuais clientes, bem como, analisar seus balanços e documentos financeiros é a base para evitar a inadimplência. Se levar em conta todas as variáveis possíveis para uma análise de balanço, temos claramente a visão de quanto uma empresa pode comprar de seus fornecedores sem que isso comprometa o pagamento. Com a necessidade de sempre fazer o melhor uso dos recursos que uma organização disponibiliza, as análises financeiras se tornam, indiscutivelmente, ponto vital de uma organização, requerendo atenção especial.

Este trabalho foi estruturado em cinco capítulos, sendo eles:

Capítulo 1 - Trata dos objetivos gerais, específicos e justificar o problema.

Capítulo 2 - Abrange a fundamentação teórica do trabalho

Capítulo 3 - Tratam-se da metodologia do trabalho, os métodos, materiais e aspectos utilizados na realização do trabalho.

Capítulo 4 – Demonstra os resultados de acordo com os índices demonstrados no capítulo 3, analisando-os sinteticamente.

Capítulo 5 – Aborda as considerações finais sobre o trabalho, bem como, da análise resultados obtidos.

1.1 OBJETIVO GERAL

Propor um modelo de gerenciamento de análise de crédito de clientes de maneira estrutural utilizando os métodos de quocientes financeiros, estruturais e de

rentabilidade baseados na análise de balanço, facilitando a decisão de concessão ou não de crédito a possíveis novos clientes.

1.2 OBJETIVOS ESPECIFICOS

Tornar o processo da tomada de decisão referente à concessão do crédito estruturado e padronizado em relação a novos clientes por meio de análise de balanço e demonstrações de resultado, levando em conta os três últimos períodos apresentados.

1.3 JUSTIFICATIVA

Este trabalho foi realizado tendo como premissa o estudo de ferramentas financeiras que possam proporcionar maior segurança a empresas no momento de conceder crédito a clientes. O trabalho se justifica demonstrando a importância de realizar uma análise de crédito utilizando ferramentas financeiras, índices de rentabilidade e índices estruturais de uma empresa bem como evidencia os melhores métodos para assegurar o potencial de pagamento dos clientes requerentes.

2 METODOLOGIA

A pesquisa a ser realizada, tem caráter exploratório, utilizando-se de materiais bibliográficos já publicados, sendo levantadas de diversas maneiras possíveis. Vão ser utilizados vários autores para sustentar as hipóteses levantadas ao longo do trabalho, e embasar o assunto principal.

Levando em conta estes fatores, este trabalho será realizado visando tecnicamente buscar suporte teórico na bibliografia apresentada. O tema proposto será exposto e demonstrado como uma ferramenta que auxilia diretamente o processo de tomada de decisão.

3 EMBASAMENTO TEÓRICO

3.1 DEFINIÇÕES DE CRÉDITO

Podemos iniciar definindo crédito, conforme Silva (2008, p.45) a definição da palavra crédito pode tomar vários contextos de acordo com a área que esteja sendo usada, restringindo para a área financeira, consiste basicamente em entregar um valor presente mediante uma promessa posterior de pagamento deste valor.

Assaf (1999) releva que o mercado de crédito, tem como objetivo, suprir algumas necessidades de caixa, independente de qual destino, seja para curto, médio ou longo prazo, concedendo crédito para pessoas físicas e jurídicas.

Para Securato (2010) a utilização de um vocabulário de crédito vai definir o instrumento ou política de negócios a ser utilizada por uma empresa ou indústria, na venda a prazo dos produtos que tem disponível.

Ainda Securato (2010), define que, operação de crédito seria alguma disposição de alguém, seja empresas ou pessoa física, destacar ou ceder parte de um patrimônio com a expectativa que o mesmo retorne com os devidos interesses agregados.

Contudo, Berni (1999) prefere seguir outro contexto, de que a concessão de crédito, essencialmente, é muito mais abrangente que apenas conceder empréstimos conforme uma delimitação de limite pela capacidade de solvência de seu tomador. Ainda para o autor, uma concessão de crédito necessita não somente de bom senso, bem como, de preparo técnico, análises de setor, região, mercado em que a empresa solicitante se situa, e dos diversos mercados que envolvem e interferem nos negócios de quem o solicita.

3.2 OS CINCO C'S DO CRÉDITO

Para Drucker (1998), é necessário fazer uma determinação sobre o tipo de informação que um credor irá precisar. Ainda conceituando, Silva (2008), agrega que as variáveis de crédito devem ter relação ao risco de cada cliente, e deve servir de base para a classificação do risco, além disso, ele comenta que em sua visão acha importante a inclusão do sexto C, o conglomerado, para o autor, não apenas quem

toma crédito deve ser analisado, mas todo o processo, ou seja, todo o contexto no qual está inserido o cliente.

A análise por meio dos cinco C's do crédito não produz uma decisão específica de aceitação ou rejeição e, portanto, seu uso requer a intervenção de um analista experiente e o estudo de pedidos e em decisões de concessão de crédito. A aplicação desse enfoque tende a garantir que os clientes da empresa paguem seus débitos, sem que sejam pressionados, dentro do prazo de crédito estabelecido. (GITMAN, 2004, p.521).

Quanto aos parâmetros de crédito, temos o seguinte questionamento:

A atividade de seleção de crédito de uma empresa busca determinar se deve ser concedido crédito a um cliente e quais os limites quantitativos que devem ser impostos. Quais seriam as informações necessárias e suas fontes para que pudesse avaliar a capacidade creditícia de um cliente? (GITMAN, 1997, p. 696).

Para Securato (2010) o correto quanto aos parâmetros iniciais a serem seguidos na orientação do crédito de pessoa jurídica deve basear-se nos C's do crédito, resumidos em caráter, condições, capacidade, capital e colateral.

Para Gitman (1997), grande parte dos profissionais responsáveis pelas análises de crédito, frequentemente, vão se basear nos cinco C's, como parâmetro de sua análise para definir a capacidade creditícia do cliente.

3.3 CARÁTER

Berni (1999) avalia que o primeiro C dos tradicionais C's do crédito, seria o Caráter. Para o autor este ponto se trata da maneira de agir e reagir de uma empresa com relação às situações adversas, bem como os esforços que a mesma faz para enfrentar uma crise financeira, ou mesmo, uma crise de mercado.

Para Securato (2010), o critério de Caráter tem a intenção de indicar a intenção do devedor para cumprir obrigações assumidas. Podem ser identificadas pelos credores por vias de informações obtidas no cadastro, informações obtidas de outros credores, instituições financeiras, ou mesmo por relatórios especializados neste aspecto com empresas destinadas na proteção do crédito.

Segundo Silva (1988) o caráter sempre se associa com uma intenção, geralmente do cliente em pagar sua dívida, basicamente, poderia ser resumida em um conjunto de qualidades do devedor com relação aos seus hábitos de pagamento.

Gitman (2004, p. 521), coloca caráter como uma variável de análise do histórico comercial de um cliente, em termos de cumprimento de suas obrigações. Ainda para o autor, pode se identificar caráter, através de informações do cliente, sejam elas internas ou externas. Gitman (2004) classifica informações internas como informações passíveis de consulta dentro do ambiente de trabalho, essas informações devem trazer com clareza como o cliente se comporta em relação ao mercado financeiro, bem como, sua reputação, pendências ou fatos que o desabonem. Com relação a informações externas, Gitman (2004), trata como informações obtidas de fontes de proteção ao crédito, relatórios de empresas especializadas que possam demonstrar os títulos protestados que eles possuem, bem como ocorrências recentes de não pagamento.

3.4 CONDIÇÕES

Para Securato (2010), o segundo C de Condições, significa sobre fatores que podem ser classificados em externos e macroeconômicos e que venham a exercer uma grande influência na atividade empresarial da organização.

Temos outra definição do conceito de Condições: “As condições econômicas e empresariais vigentes, bem como circunstâncias particulares que possam afetar qualquer das partes envolvidas na negociação” (GITMAN, 1997, p. 697).

Outra definição cabível para Condições seria: “as condições da linha de crédito (modalidade, custo, prazo e garantias) também são um parâmetro decisivo do crédito” (BERNI, 1999, p. 104). Para Miura e Davi, condições envolvem os fatores externos da empresa:

Integra o macroambiente em que ela atua e foge de seu controle. Medidas de política econômica (restrições ao crédito, política cambial e de juros, abertura do mercado mediante alteração nas alíquotas de importações etc.), fenômenos naturais e imprevisíveis (ligados ao clima, por exemplo) e riscos de mercado e fatores de competitividade são os principais aspectos que moldam a análise do “C” condições. (MIURA; DAVI, 2000, p. 55).

Para Bemí (1999) as condições das linhas de crédito, tais como, modalidade, custo, garantias e prazo, podem ser definidos como um parâmetro decisório na tomada de decisão ao crédito.

Segundo Santos, temos:

Este C está relacionado à sensibilidade da capacidade de pagamento dos clientes à ocorrência de fatores externos adversos ou sistemáticos, tais como os decorrentes de aumento nas taxas de inflação, taxas de juros e paridade cambial; e de crises em economias de países desenvolvidos e emergentes, que mantêm relacionamento com o Brasil. (SANTOS, 2009, p. 32).

3.5 CAPACIDADE

Definindo Capacidade, o terceiro C: “Um conhecimento do cronograma de recebimentos e pagamentos da empresa” (BERNI, 1999. p.103), segundo o autor o tópico referente a capacidade pode ser definido como fundamental :

Para avaliar a capacidade de uma empresa, devemos considerar os seguintes aspectos: Informações: dados obtidos a respeito da empresa e seus administradores, origem, conhecimento, relacionamento e atuação no mercado. Tradição: tempo de permanência no negócio, respeito e qualidade dos produtos. (BERNI, 1999, p.103)

Para Silva (2008), capacidade é definida com uma habilidade que pode se vincular a competência empresarial de pessoas que fazem parte da organização, bem como, o potencial desta organização em comercialização e produção.

Conforme Gitman (1997) capacidade é compreendida no potencial de um cliente em quitar o crédito inicialmente solicitado. Ainda o autor, entende como relevante análise de demonstrativos financeiros, principalmente voltados aos índices financeiros, sejam eles de endividamento ou liquidez, pois estes são muito utilizados na avaliação de capacidade de quem solicita o crédito.

Segundo Schrikel:

Se o indivíduo revela capacidade para administrar seu negócio, de tal sorte a fazê-lo prosperar e ter sucesso, ele já terá demonstrado (por que não?) uma capacidade em saldar compromissos. Tal ocorre não somente em relação aos negócios, alcançando também suas finanças pessoais. A atenta observação de como o indivíduo administra suas finanças pessoais é, também, e sem dúvida, uma valiosa fonte de informações para a construção do conceito de qual seja sua capacidade de crédito. (SCHRIKEL, 2000, p.51)

Ainda sobre capacidade, Miura e Davi determinam:

É considerado como aspecto subjetivo do risco, à medida que os instrumentos disponíveis para sua análise e os resultados obtidos estejam muito mais relacionados com a percepção de quem analisa do que com os

dados e informações propriamente ditos. Levado ao extremo, o que não é certamente o caso quando da análise de risco para fins de concessão de crédito, o exame da capacidade do cliente se constituiria num verdadeiro diagnóstico empresarial. (MIURA; DAVI, 2000, p. 52).

3.6 CAPITAL

Em relação ao capital, podemos basear-se em Santos (2009) onde o mesmo define que capital só pode ser medido pela situação financeira de um cliente, e devem-se levar em considerações os aspectos de composição quantitativa e qualitativa de recursos, de que maneira estes serão aplicados e como os mesmos vão ser financiados.

Segundo Berni (1999, p.104) “algumas empresas não podem ser medidas pelo faturamento, mas o capital, o patrimônio e os recursos próprios podem ser um ótimo determinante para o crédito”. Ainda para o Berni (1999, p.104) “A forma como a empresa reaproveita seus lucros, o conseqüente aumento de capital, a constituição de reservas pode auxiliar na viabilização do crédito”.

Para Silva (1998), capital pode ser definido como os bens e recursos que são de posse de uma organização e podem saldar possíveis débitos. Para o autor, a medição deste aspecto é feita através de índices financeiros, que devem também ser utilizados no desenvolvimento de seus modelos.

Conforme Gitman (1997), capital basicamente pode ser definido como a solidez financeira de quem solicita o crédito, e é indicado pelo patrimônio líquido da instituição. Pode-se entender também que “o total de exigíveis em relação ao patrimônio líquido, bem como os índices de lucratividade são, frequentemente, usados para avaliar o capital do demandante de crédito”(GITMAN,1997, p. 696)

Para Fipecafi (2007), o melhor método a ser utilizado na avaliação do capital seria por via de análise das demonstrações de fluxo de caixa. Ainda o autor, acredita que por meio de avaliação das demonstrações contábeis, temos a possibilidades de avaliar diversos aspectos e que esta ferramenta pode auxiliar usuários, credores, investidores. Marion e Ludícibus (1999) avaliam que a demonstração de fluxo de caixa “demonstra a origem e a aplicação de todo o dinheiro que transitou pelo caixa em um determinado período e o resultado desse fluxo”.

Outros autores preferem utilizar a demonstração do valor adicionado como ferramenta de avaliação do capital:

Valor adicionado ou valor agregado apresenta a riqueza criada por uma entidade num determinado período de tempo (normalmente, um ano). Podemos afirmar que a soma das importâncias agregadas representa, na verdade, a soma das riquezas criadas. (NEVES; VICECONTI, 2005, p.307).

3.7 COLATERAL

Segundo Gitman:

“O montante de ativos colocados à disposição pelo solicitante para garantir o crédito. Naturalmente, quanto maior esse montante, maior será a possibilidade de se recuperar o valor creditado, no caso de inadimplência. O exame do balanço patrimonial e a avaliação de ativos em conjunto com o levantamento de pendências judiciais podem ser usados para estimar os colaterais” (GITMAN, 1999, p.696)

Segundo Berni (1999), o aspecto colateral tem o intuito de informar sobre quais as garantias adicionais necessárias devem acompanhar e amparar uma linha de crédito.

Para Schrickel é importante que:

Raramente (nunca, idealmente), o colateral pode ou deve ser aceito para compensar os pontos fracos dentro do elemento caráter, porque quando a honestidade está faltando o crédito incluirá riscos que não devem ser assumidos pelo banco. Se não há honestidade, por certo a garantia também será de grande volatilidade e, mais que provavelmente, não se prestará cobrir suficiente e adequadamente o principal e os juros do empréstimo. (SCHRICKEL, 2000, p.55).

4. IMPORTÂNCIA DA ANÁLISE FINANCEIRA NO PROCESSO PRODUTIVO

A análise financeira tem um papel muito importante dentro de uma organização, sendo estas análises fundamentadas em demonstrações financeiras. Para Silva e Souza (2011) as demonstrações financeiras também são chamadas de relatórios contábeis e são fonte de informação nas mais diversas análises, podendo servir de base, inclusive para possibilitar a avaliação de investidores. Ainda para o autor muitas vezes o processo produtivo de uma organização consegue funcionar da melhor maneira possível, contudo, o aspecto financeiro da mesma deixa a desejar colocando a organização em risco, ainda que, com um processo produtivo muito bom.

Para Ludícibus (1998), a análise das demonstrações contábeis seria o método utilizado para extrair relações de utilidade para um objetivo, quase sempre econômico, que a empresa delimita, de relatórios contábeis e de suas possíveis variações ou detalhamentos.

Ainda para Silva e Souza (2011), as demonstrações financeiras devem ser utilizadas principalmente pela gestão da organização, onde se devem avaliar os aspectos econômico-financeiros, tanto para prestar contas aos acionistas, credores, governo e outros possíveis interessados. Estas informações são extremamente úteis, pois revelam as operações da empresa durante um determinado período, possibilitando uma visão sobre pontos fortes e fracos em atividades operacionais ou não operacionais. Ainda para o autor, de nada adianta possuir um sistema que elimine todas as falhas do processo, que consiga tirar o máximo de cada célula de trabalho, mas que no final do processo quando se faz necessário o retorno financeiro de todo esforço a organização se depare com altos índices de inadimplência.

Outro aspecto importante levantado por Silva e Souza (2011), seria o fato de que as demonstrações financeiras podem ser instrumentos que expõem a situação real da organização, tornando cada vez melhor a tomada de decisão. Neste sentido Martins (2011) ressalta que, as informações financeiras devem ter como finalidade principal proporcionar informação útil aos seus utilizadores, avaliar o potencial e a capacidade da entidade de gerar dinheiro, bem como, a certeza com que essa geração de valor vai ocorrer e deixar claro para o usuário das informações quais são

os recursos econômicos controlados pela organização, qual a estrutura financeira, estrutura de solvência e também a estrutura de liquidez.

Ainda para Martins (2011), para que uma demonstração financeira atinja seu objetivo ela deve fornecer o máximo de informação possível sobre sete elementos: Ativo, passivo, rendimentos, gastos, capital próprio, demonstração das alterações no capital próprio e fluxo de caixa. Ainda Martins (2011), aponta que conseguir evitar inadimplência e possuir um departamento estruturado e capacitado para definir o potencial de cada cliente, além de ser um ponto estratégico para a organização é parte tão fundamental quanto o próprio processo produtivo. Para o autor muitas vezes se dá uma atenção muito grande na área de qualidade ou, por exemplo, na maneira em que se é reaproveitado resíduos de produção, e acaba-se não notando que os aspectos financeiros ligados principalmente a um departamento de contas a receber.

4.1 UTILIZAÇÃO DO BALANÇO COMO DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA

Conforme Salas (2005), o balanço nada mais é, do que, um instrumento financeiro que demonstre qual a situação atual da organização, ou consiga demonstrar qual será esta situação no futuro. Para o autor, o balanço para poder demonstrar de maneira correta qual a situação atual deve possuir valores de ativo, passivo e evidenciar alguma possível diferença entre ambos. Ainda Salas (2005), acreditam que uma análise detalhada do balanço trás benefícios importantes para uma organização, uma vez que a mesma consegue ter clareza de quais clientes podem aumentar suas compras potencialmente e quais clientes requerem cuidado com relação a esta tratativa.

Para Neves (2000), o balanço é uma fotografia atual da organização, com esta visão e informação de dados que constam em um balanço, é possível esclarecer qual o cenário atual das dividas, financiamentos e possíveis fontes de recursos da organização. Ainda para Neves (2000), o balanço de uma organização deve retratar três ideias básicas: Uma comparação entre os ativos e os passivos da organização, tratando de maneira clara qual é o capital próprio; o conjunto de contas que via de regra deve estar em equilíbrio no final de todos os lançamentos da

organização; e um mapa onde seja possível comparar e equilibrar as contas utilizadas no balanço.

Considerando estes fatores podemos identificar que as análises de balanço podem auxiliar vários processos, tais como: Qualificação de fornecedores para compra de matéria-prima, de empresas de transporte que tenham a responsabilidade de transportar o material vendido, avaliação de clientes e suas capacidades financeiras para honrar seus compromissos, com isso, fica evidenciado a importância de uma análise de balanço para várias áreas que se referem ao processo produtivo.

4.2 INDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL

Para Blatt (2001), índices de estrutura de capital mostram os resultados de decisões financeiras, levando em conta os termos para aplicar e obter recursos.

Segundo Silva (2008), quando se fala em composição da estrutura de capital de uma empresa, devemos entender que as fontes de financiamentos utilizados, ou mesmo os recursos em aplicação são oriundos dos proprietários da organização ou de terceiros. Indiferente de onde os recursos saíram, eles devem retornar com valor de retorno agregado. Ainda para o autor, o retorno do dinheiro a origem, se dá, via dividendos ou distribuição de lucros e valores da empresa.

Conforme Matarazzo (2010), as decisões financeiras baseiam-se em nestes grupos de índices, visando obtenção de recursos. Ainda o autor ramifica estes índices em quatro tipos: Participação de capitais de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização dos recursos não correntes. No quadro 1, temos em resumo os Índices de estrutura de capital:

Tabela 1- Estrutura de Capital

Estrutura de Capital			
ÍNDICE	FÓRMULA	OBSERVAÇÕES	INTERPRETAÇÃO
Participação de capitais de 3ºs	$\frac{\text{Capitais de terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	O valor que a empresa utilizou de capitais de terceiros para cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido	Quanto menor for o índice, melhor para empresa.
Composição do	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capitais de terceiros}} \times 100$	Demonstra o valor em porcentagem, das	Quanto menor for o índice, melhor

Endividamento		obrigações de curto prazo com relação ao total de obrigações.	para empresa.
Imobilização do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Demonstra o valor que foi aplicado no Ativo Permanente para cada R\$ 100,00 do seu Patrimônio Líquido	Quanto menor for o índice, melhor para empresa.
Imobilização dos recursos não correntes	$\frac{\text{Ativo Permanente}}{\text{Patrimônio. Líquido}} + ELP \times 100$	Demonstra em percentual o valor dos recursos não correntes que foi enviado ao Ativo Permanente	Quanto menor for o índice, melhor para empresa.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010, p.86)

4.2.1 PARTICIPAÇÃO DE CAPITAIS DE TERCEIROS

Conforme Iudicibus (2009), o endividamento, enquanto quociente demonstra em porcentagem quanto é o endividamento real da empresa em relação aos seus fundos totais, em outras palavras, qual o valor percentual de um ativo totalmente financiado com recurso de terceiros. De acordo com o autor, este percentual não pode ter valores elevados, pois simultaneamente vai aumentar duas despesas financeiras, levando abaixo a rentabilidade da organização. Ainda Iudicibus (2009), salienta que este aspecto está totalmente ligado a relação entre taxa de endividamento e taxa de retorno. Para exemplificar, o autor demonstra que, se as taxas relacionadas a despesas financeiras, em relação ao endividamento médio for menor que as taxas de retorno oriundas de empréstimos, neste caso, a participação nos capitais de terceiros tende a ser favorável para a empresa.

Para Blatt (2001), definimos em o quanto a empresa utilizou de capitais de terceiros para R\$ 100 de capital próprio, basicamente se afirma que, quanto menor o índice, melhor para a organização.

4.2.2 ENDIVIDAMENTO

Para Matarazzo (1992), este índice deve indicar em percentual o valor das dividas de curto prazo em relação ao total do valor das dividas, ou seja, quanto menor, melhor.

Segundo Junior e Begalli (2009), neste indicador devemos ter valores entre 0 e 1, tendo nesta relação que quanto menor o valor, menor as dívidas de curto prazo. Ainda para Junior e Begalli (2009), no cenário brasileiro, os empresários passam por muitas dificuldades em captar recursos no longo prazo, e por este motivo, a maioria das orientações consistem em aplicar recursos em ativos de rápida recuperação.

4.2.3 IMOBILIZAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para Hoji (2010), o índice de imobilização do patrimônio líquido, demonstra o quanto de recursos próprios está investido em ativo permanente. Ainda o autor, exemplifica que se o quociente for, por exemplo, R\$ 130,00 de aplicação em ativo permanente, então, R\$ 100,00 está oriundo de capital próprio e R\$ 30,00 vem de capital de terceiros, demonstrando que a empresa opera com capital de giro de terceiros.

Segundo Ribeiro (1997), se tratando de organizações, quanto menor a dependência em capital de terceiros, melhor, e neste caso a empresa demonstra que é auto-suficiente para cobrir seu ativo permanente e ainda possuir uma sobra do capital circulante próprio que consiga financiar o ativo circulante. Ainda o autor releva que, o ideal seria possuir capital suficiente para suprir todas as necessidades da organização sem necessitar de empréstimos.

4.2.4 IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NÃO CORRENTES

Para Ribeiro (1997), o índice revela a proporção entre ativo permanente e recursos não correntes, por isso, quanto menor o índice, melhor. Para Matarazzo (1992), os ativos permanentes tem longa duração e por este motivo, o financiamento deve ser feito com recursos que sejam exigidos no tempo compatível com sua duração. Ainda para o autor, seria ideal, que a organização tivesse uma sobra de recursos não correntes considerando as imobilizações do ativo circulante.

Matarazzo (1992) define esta parcela de recursos do ativo circulante é chamada de Capital circulante líquido, que para o autor, trata-se da soma do capital

circulante próprio e do exigível a longo prazo, em outras palavras, o capital circulante próprio é basicamente a diferença de patrimônio líquido e ativo permanente.

Em referencia ao capital circulante próprio, Matarazzo (1992, p.110) define:

A diferença entre ter e não ter Capital Circulante Próprio é: quem tem bom Capital Circulante Próprio goza da tranqüilidade de boa saúde financeira a curto e longo prazo (a menos que a empresa sofra sérios prejuízos); quem não tem bom Capital Circulante Próprio precisa, a curto prazo, consertar a situação com financiamentos e, a longo prazo, não pode ter certeza da manutenção da sua saúde financeira. (MATARAZZO, 1992. p.110)

4.2.5 INDICES DE LÍQUIDEZ

Segundo Gitman (2010), podemos entender liquidez como a capacidade de uma determinada entidade de quitar suas obrigações a curto prazo. Ainda para o autor uma baixa liquidez provavelmente vai gerar problemas de fluxo de caixa e insolvencia no negócio. Para Matarazzo (2010) é neste aspecto que voce conhece a saude de uma empresa, a partir destas informações, confrontando os ativos circulantes com as obrigações, se tem uma boa visão de como estão os negócios da organização. Ainda Matarazzo (2010), divide indices de liquidez em três subdivisões: Liquidez geral, Liquidez corrente e Liquidez seca.

Para os indices de liquidez, têm-se a Tabela 2:

Tabela 2 - Índices de Liquidez

Índices de Liquidez			
ÍNDICE	FÓRMULA	OBSERVAÇÕES	INTERPRETAÇÃO
Liquidez Geral	$\frac{AC + RLP}{PC + ELP}$	Demonstra o valor de AC + RLP para cada R\$ 1,00 de obrigação total	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Demonstra o valor de AC para cada R\$ 1,00 de PC	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Líquido}}{\text{Passivo Circulante}}$	Demonstra o valor da empresa de Ativo Líquido para cada R\$ 1,00 de Passivo Circulante	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010, p.86)

4.2.5.1 Liquidez Geral

Para Ribeiro (1997), liquidez geral, é basicamente o quociente que resume se os recursos despendidos no ativo circulante e no ativo realizavel a longo prazo são suficientes para suprir todas as obrigações.

Segundo Hoji (2010) este indice demonstra a capacidade financeira que a empresa possui para saldar suas dividas de longo prazo. Ainda ele, demonstra que se o indice for superior a 1,00 significa que a empresa possui recursos suficientes acima dos compromissos financeiros. Por outro lado, Ribeiro (1997), demonstra que não é certo que os valores considerados vão ser recebidos exatamente na mesma época que os exigíveis do passivo, a inadimplencia pode ser um dos agravantes deste tipo de liquidez.

4.2.5.2 Liquidez Corrente

Neste ponto, Ludicibus (2009), considera liquidez corrente como o indice que melhor avalia a situação líquida da empresa. Para o autor, é possível demonstrar por este indice, exatamente quanto de valor disponível e imediato a empresa possui em relação as dividas de curto prazo. O autor faz-se entender que, por exemplo, se para cada R\$ 1,00 de exigíveis que a empresa, ela possuir R\$ 3,00 de recursos imediatos, então além de saldar suas obrigações a organização possui folga de R\$ 2,00 a curto prazo.

Marion (2002), ainda ressalva alguns aspectos referente a liquidez , Como por exemplo, o autor apresenta que nada adianta possuir um indice de liquidez corrente alto, contudo, possuir vendas com prazo de recebimento de 60 dias e fazer pagamentos a fornecedores com 30 dias. Outro fato que o autor ressalta, é que dentro do ativo circulante deve-se analisar com cautela, pois consideram-se os estoques, que nem sempre são rapidamente convertidos em dinheiro. Além disso, Marion (2002, p.86) “jamais deverá ser comparado com um indice universal (considerado bom), ou ainda com outros que pertençam a ramos diversos de atividade (industrial, comercial, bancária, financeira etc).”

Ainda Marion (2002), ressalta a possibilidade de “manipulação” do indice, por exemplo, a organização pode liquidar algumas dividas antecipadas, podendo

negociar descontos nas duplicatas, além de melhorar o índice. O autor também demonstra que se uma empresa possui um índice menor que 1,00, poderá tentar elevar o valor dos estoques comprando mercadorias com prazo estendido.

4.2.5.3 Liquidez Seca

Conforme Ludicibus (1982), liquidez seca, é a maneira mais adequada de avaliar de maneira conservadora a situação de liquidez da empresa. Para ele, neste aspecto se elimina os estoques, que podem gerar incertezas, mas permanece ainda a dúvida sobre os prazos do ativo circulante. Para Matarazzo (1992), este índice demonstra quanto a empresa possui de ativo líquido em relação aos passivos circulantes, e assim sendo, quanto maior este índice, melhor. Junior e Begalli (2009) complementam que, a liquidez seca, tem sua derivação da liquidez corrente, e basicamente pretende mostrar como seriam as quitações dos exigíveis de curto prazo sem as incertezas que rodeiam o estoque.

Neste ponto de vista, Reis (2009) agrega detalhando que, se calcula um índice de liquidez seca quando uma organização não possui elementos que sejam capazes de calcular uma rotação dos estoques. Para o autor, estes aspectos são muito comuns em períodos sazonais, como finais de ano por exemplo, onde a empresa tem um volume de vendas mais elevado comparado a outros meses ou mesmo quando a organização enfrenta problemas específicos do mercado que está inserida fazendo com que as vendas caiam e tornem o giro de estoques mais lentos.

4.2.6 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

Segundo Gitman (2010), várias são as formas de rentabilizar uma empresa, deve-se avaliar os lucros obtidos de suas vendas, ativos ou investimentos dos proprietários. Ainda para o autor, a empresa necessita ter lucro, caso contrário, não atrairá o capital externo.

Conforme Matarazzo (2010), através de índices de rentabilidade é possível verificar quais foram os capitais necessários serem investidos e qual o resultado econômico da organização. Para o autor, divide-se índices de rentabilidade em

quatro possíveis variáveis: Giro do ativo, Margem Líquida, Rentabilidade do Ativo e Rentabilidade do Patrimônio Líquido.

Para os índices de rentabilidade, temos:

Tabela 3 - Índices de Rentabilidade

Índices de Rentabilidade			
ÍNDICE	FÓRMULA	OBSERVAÇÕES	INTERPRETAÇÃO
Giro do ativo	$\frac{\text{Vendas Líquidas}}{\text{Ativo Total}}$	Demonstra o quanto que a empresa vende para cada R\$ 1,00 de investimento total	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.
Margem Líquida	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Vendas Líquidas}} \times 100$	Demonstra o valor que a empresa obtém de lucro para cada R\$ 1,00 vendidos	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.
Rentabilidade do Ativo	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Ativo Total}} \times 100$	Demonstra o valor do lucro para cada R\$ 1,00 de investimento total	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.
Rentabilidade do Patrimônio Líquido	$\frac{\text{Lucro Líquido}}{\text{Patrimônio Líquido}} \times 100$	Demonstra o quanto a empresa obteve de lucro para cada R\$ 1,00 de capital próprio investido	Quanto maior for o índice, melhor para empresa.

Fonte: Adaptado de Matarazzo (2010, p.86).

4.2.6.1 Giro do ativo

Para Blatt (2001), Índice de giro do ativo, mede a eficiência, ou seja, o quanto uma empresa é efetiva em relação a venda oriunda de seus ativos. Neste caso, quanto maior o índice melhor.

Begalli e Perez Jr. (2009), ressaltam que este índice demonstra a quantidade que a empresa recuperou o valor do ativo pelas suas vendas, em um determinado período, basicamente, é o retorno sobre os investimentos. O autor exemplifica que algumas empresas trabalham com uma pequena margem de lucro, e conseguem lucrar apenas se tiverem um número grande no giro.

4.2.6.2 Margem Líquida

Para Ribeiro (1997), este índice representa o quanto a empresa teve de lucro para cada unidade vendida. O autor ainda ressalta que este índice necessita ser avaliado com cuidado, uma vez que o aumento do volume de vendas não representa com exatidão o possível lucro da empresa, podemos ter casos de vendas com menores volumes e maior margem líquida que representem até mais para o caixa da empresa.

Complementando esta tese, Begalli e Perez Jr. (2009), refere-se a Margem líquida como o quociente capaz de indicar a capacidade de uma organização em gerar lucro, comparando a mesma com sua receita de vendas.

4.2.6.3 Rentabilidade do Ativo

Conforme Matarazzo (2010), este índice demonstra a quantidade de lucro líquido que uma organização obteve, em relação ao seu ativo. Ainda Matarazzo (1992), com este índice é possível perceber quanto ela obtem de lucro por cada \$ 1 de investimento, ou mesmo em \$100 se calculado de forma percentual. Para este índice podemos avaliar que quanto maior, melhor.

4.2.6.4 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Para Matarazzo (1992), a rentabilidade do patrimônio líquido também baseia-se em quanto maior, melhor, uma vez que este índice demonstra o valor do lucro de cada \$ 1 de capital próprio investido. Hoji (2010), exemplifica que este índice deve demonstrar o quanto rende o capital aplicado pelos sócios proprietários, exemplificadamente, se o índice for de 30% significa que relacionando com seu patrimônio líquido, o lucro aumentou em 30%.

4.2.7 ANÁLISE VERTICAL E HORIZONTAL

Para Ribeiro (1997), a utilização de análise vertical e horizontal deve ser feita de maneira conjunta a análise de quocientes, uma vez que estas devem ter o papel de complementar estas observações. Ainda o autor, ressalta que a análise vertical e horizontal é mais detalhista que as análises por quocientes, pois envolvem

todas as contas das demonstrações contábeis, e conseguem demonstrar as possíveis falhas em campos mais específicos. Complementando, Blatt (2001) a análise vertical e horizontal, além de tudo, consegue detectar as possíveis tendências da organização.

4.2.7.1 Análise Vertical

Blatt (2001), afirma que a análise vertical objetiva-se basicamente em determinar a importância de cada uma das contas em relação ao total. Ainda Blatt (2001) explica que no balanço patrimonial deve-se tomar por base o capital total e calcular qual é a participação relativa de cada conta neste total.

Outra definição de análise vertical, segundo Ribeiro (1997, p.173): “é aquela através da qual se compara cada um dos elementos do conjunto em relação ao total do conjunto. Ela evidencia a percentagem de participação de cada elemento.”

Complementando, Franco (1989) diz que é muito importante conhecer a porcentagem de cada grupo em relação ao patrimônio total, para podermos ter de maneira clara se possuímos por exemplo, um excesso no imobilizado, se os capitais e as disponibilidades são insuficientes para as obrigações. Em outros termos, Silva (2001, p.204): “Para calcularmos os percentuais da coluna da análise vertical (AV), dividimos o valor da rubrica que queremos calcular pelo valor-base e multiplicamos por cem”. Ainda Silva (2001), ressalta que no caso do balanço patrimonial o valor-base trata-se do ativo total, e no caso das demonstrações de resultado trata-se da receita líquida de vendas.

4.2.7.2 Análise Horizontal

Conforme definição de Blatt (2001, p.60): “Tem por objetivo demonstrar o crescimento ou queda ocorrida em itens que constituem as demonstrações contábeis em períodos consecutivos”. Ainda para Blatt (2001), a análise horizontal deve comparar percentualmente em períodos diferentes, diferente da análise vertical, que compara os valores dentro de um único período.

Matarazzo (1992) diferencia as análises, sendo que a análise vertical deve mostrar a importância de cada conta com base ao valor total, através de padrões em períodos diferentes, analisando se em algum caso houve alterações fora do normal,

já a análise horizontal, deve ressaltar a evolução das contas individualmente pelos períodos seguintes. Conforme ainda Matarazzo (1998, p. 251) “a evolução de cada conta mostra os caminhos trilhados pela empresa e as possíveis tendências”

Para Silva (2001) a análise horizontal tem como principal propósito permitir que seja possível analisar a evolução da empresa historicamente, sendo esta análise, específica em cada conta que compõem as demonstrações financeiras.

5. ANÁLISE DE CASO

A empresa pela qual os dados foram utilizados neste estudo é a Alpargatas S.A, empresa do ramo de calçados e artigos esportivos, localizada em São Paulo, SP. Todas as informações foram obtidas em consulta ao endereço eletrônico da Comissão de valores mobiliários.

5.1 PADRONIZAÇÃO DE CONTAS

As contas do ativo, passivo e DRE, foram padronizadas de acordo com Blatt (2001), demonstrando os valores de 2012, 2013 e 2014:

Tabela 4 - Padronização de contas do Ativo

Valores em Milhões de Reais									
	Balançaço 31/12/2014			Balançaço 31/12/2013			Balançaço 31/12/2012		
	Valores	AV %	AH %	Valores	AV %	AH %	Valores	AV %	AH %
ATIVO									
Caixa	316.610	9%	100%	134.682	4%	43%	122.830	4%	91%
Aplicações Financeiras	169.012	5%	100%	679.718	20%	402%	494.078	18%	73%
Clientes	914.957	25%	100%	801.554	24%	88%	694.169	25%	87%
Estoques	595.233	16%	100%	467.528	14%	79%	443.938	16%	95%
Impostos a recuperar	68.340	2%	100%	58.184	2%	85%	54.461	2%	94%
Despesas antecipadas	12.546	0%	100%	10.765	0%	86%	6.583	0%	61%
Ganhos não realizados em operações com deri	6.776	0%	100%	11.860	0%	175%	0	0%	0%
Outros Créditos	39.809	1%	100%	19.939	1%	50%	22.928	1%	115%
Ativos mantidos para venda	15.572	0%	100%	29	0%	0%		0%	0%
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE	2.138.855	59%		2.184.259	65%	102%	1.838.987	67%	84%
Impostos a recuperar	28.465	1%	100%	20.777	1%	73%	28.300	1%	136%
Depósitos Judiciais	15.084	0%	100%	12.865	0%	85%	12.203	0%	95%
IR e CS diferidos	53.209	1%	100%	58.000	2%	109%	52.554	2%	91%
Outros Créditos	40.869	1%	100%	38.622	1%	95%	36.843	1%	95%
Empresas controladas e coligadas		0%	100%	182.903	5%	#DIV/0!	33.369	1%	0%
Outros	2.042	0%	100%	195	0%	10%	195	0%	100%
Imobilizado	698.095	19%	100%	624.264	19%	89%	494.369	18%	79%
Intangível	669.947	18%	100%	240.099	7%	36%	243.909	9%	102%
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE	1.507.711	41%		1.177.725	35%	78%	901.742	33%	77%
TOTAL DO ATIVO	3.646.566	100%	0	3.361.984	100%	92%	2.740.729	100%	82%

Fonte: Adaptado de Blatt (2001) e Comissão de valores mobiliários (2015)

Tabela 5 - Padronização de contas do Passivo

Passivo	Balço 31/12/2014			Balço 31/12/2013			Balço 31/12/2012		
	Balço 31/12/2014	AV %	AH %	Balço 31/12/2013	AV %	AH %	Balço 31/12/2012	AV %	AH %
Fornecedores	396.898	11%	100%	384.055	11%	97%	359.079	13%	93%
Empréstimos e Financiamentos	295.931	8%	100%	275.311	8%	93%	188.406	7%	68%
Obrigações renegociadas de controladas	9.106	0%	100%	10.942	0%	120%	11687	0%	107%
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	150.873	4%	100%	127.176	4%	84%	109.466	4%	86%
Provisão para riscos trib. Cíveis e trab.	10.819	0%	100%	6.755	0%	62%	11.383	0%	169%
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pag.	2.074	0%	100%	2.135	0%	103%	1.725	0%	81%
Obrigações tributários	41.128	1%	100%	25.269	1%	61%	13.496	0%	53%
Perdas não realizadas em op. Com derivativos	784	0%	100%	1.000	0%	128%	0	0%	0%
Contas a pagar p/aquisição de part. Soc.	0	0%	100%	89.016	3%	-	0	0%	0%
Provisões e outras obrigações	88.010	2%	100%	92.863	3%	106%	60.217	2%	65%
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE	995.623	27%		1.014.522	30%	102%	755.459	28%	74%
Empréstimos e Financiamentos	218.072	6%	100%	281.523	8%	129%	110.347	4%	39%
Obrigações renegociadas de controladas	43.020	1%	100%	50.731	2%	118%	60.773	2%	120%
IR/CS s/ lucros diferidos	86.222	2%	100%	0	0%	0%	0	0%	0%
Provisão para riscos trib. Cíveis e trab.	27620	1%	100%	30.514,00	1%	110%	25.768,00	1%	84%
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	167.638	5%	100%	133.611	4%	80%	114109	4%	85%
Parcelamento de tributos		0%	100%	766	0%	-	874	0%	114%
Outras obrigações	7.467	0%	100%	15.866	0%	212%	12.501	0%	79%
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	550.039	15%		513.011	15%	93%	324.372	12%	63%
Capital social	648.497	18%	100%	624.610	19%	96%	562.158	21%	90%
Reservas de capital	169.241	5%	100%	162.086	5%	96%	163.183	6%	101%
Capital adicional integralizado	8.220	0%	100%	6.486	0%	79%	4.673	0%	72%
Reservas de lucro	1.134.716	31%	100%	1.121.802	33%	99%	988.953	36%	88%
Ajuste de avaliação patrimonial	-25.044	-1%	100%	-58.571	-2%	234%	-45.815	-2%	78%
Ações em tesouraria	-85.004	-2%	100%	-54.662	-2%	64%	-42.828	-2%	78%
Dividendo Adicional proposto	147.100	4%	100%	32.700	1%	22%	25.300	1%	77%
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores	1.997.726	55%		1.834.451	55%	92%	1.655.624	60%	90%
Participação dos acionistas não contr. No patr. Liq da controlada	103.178	3%	100%	0	0%	0%	5.274	0%	0%
Resultado a realizar em op. De hedge		0%	100%		0%	0%		0%	0%
TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO	2.100.904	58%		1.834.451	58%	87%	1.660.898	61%	91%
TOTAL DO PASSIVO	3.646.566	100%	100,00	3.361.984	103%	92%	2.740.729	100%	82%

Fonte: Adaptado de Blatt (2001) e Comissão de valores mobiliários (2015)

Tabela 6 - Padronização de contas da DRE

Demonstração dos Resultados (valores em Milhões de Reais)								
	31/12/2014	AV %	31/12/2013	AV %	AH %	31/12/2012	AV %	AH %
Faturamento Bruto	3.711.162		3.425.959		92%	3.006.982		88%
(-) Custo prod. vendido	-2.212.917	-60%	-2.005.390	-59%	91%	-1.734.176	-58%	86%

Faturamento Líquido	1.498.245	40%	1.420.569	41%	95%	1.272.806	42%	90%
Despesas de Vendas	-914.453	-25%	-823.259	-24%	90%	-745.952	-25%	91%
Despesas Gerais e Administrativas	-191.527	-5%	-162.704	-5%	85%	-139.424	-5%	86%
Honorários dos administradores	-16.756	0%	-13.617	0%	81%	-12.314	0%	90%
Resultado de equivalência patrimonial	-19.513	-1%	-27.087	-1%	139%	-42.864	-1%	158%
Outras despesas operacionais liquidas	-30.977	-1%	-68.503	-2%	221%	-40.493	-1%	59%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESUL. FINANCEIRO	325.019	9%	325.399	9%	100%	291.759	10%	90%
Receitas financeiras	66.712	2%	55.545	2%	83%	61.768	2%	111%
Despesas financeiras	-88.606	-2%	-75.380	-2%	85%	-55.067	-2%	73%
Ganhos em operações com derivativos	46.115	1%	84.732	2%	184%	0	0%	0%
Perdas em operações com derivativos	-41.784	-1%	-39.795	-1%	95%	0	0%	0%
Variação cambial líquida	-5.091	0%	-3.085	0%	61%	1.393	0%	-45%
LUCRO ANTES DO IR E CS	302.365	8%	347.416	10%	115%	299.853	10%	86%
IR e CS correntes	-15.207	0%	-42.371	-1%	279%	-26.821	-1%	63%
IR e CS diferidos	-630	0%	4.718	0%	-749%	7.504	0%	159%
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	286.528	8%	309.763	9%	108%	280.536	9%	91%

Fonte: Adaptado de Blatt (2001) e Comissão de valores mobiliários (2015)

5.2 ANÁLISE FINANCEIRA POR MEIO DE INDICES DE ESTRUTURA DE CAPITAL DA EMPRESA

A análise financeira baseada nos índices de estrutura de capital tem por objetivo demonstrar de que maneira a empresa está aplicando os recursos disponíveis. Conforme tabela 4, temos os índices de participação no capital de terceiros, composição do endividamento, imobilização do patrimônio líquido e imobilização de recursos não correntes:

Tabela 7 - Indicadores de estrutura de capital da empresa

Estrutura de Capital da Empresa				
Análise	Denominação	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Estrutura de Capital da Empresa	1- Parti. Cap. terceiros	65,75%	77,93%	59,00%
	2- Composição do Endividamento	72,08%	70,96%	77,09%
	3- Imobilização do Patrim. Líquido	75,69%	87,33%	77,36%
	4- Imobilização Rec. Não Correntes	60,82%	67,00%	65,57%

Fonte: Dados calculados através de fórmulas dos índices de estrutura do capital da empresa no período de 2012, 2013 e 2014 na análise do balanço patrimonial da empresa estudada

5.3 PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DE TERCEIROS

Em relação ao índice de capital de terceiros, a empresa apresentou 65,75 no período mais recente, conforme Franco (1992) o índice de participação de capital de terceiros, quando superior a 100%, demonstra que a organização faz mais uso de capitais de terceiros do que seus próprios capitais, o que pode se considerar algo anormal. Ainda para o autor, este índice quando superior a 100%, as garantias são reduzidas, e podem gerar uma situação de solvência complicada para os credores e para a própria empresa. Contudo Franco (1992) também cita que não se pode generalizar o fato de trabalhar com a idéia que um pequeno capital próprio com relação ao de terceiros, seja ruim. Para o autor é muito importante atentar-se como estes recursos estão sendo aplicados no ativo, pois, se o imobilizado estiver reduzido mas o tiver um grande valor no circulante, então a liquidez da empresa deve ser boa, ainda que, com capital próprio baixo.

Para o caso estudado, a empresa sempre manteve o índice menor que 100%, o que demonstra que desde 2012 a empresa trabalha mais com seus recursos do que com capitais de terceiros.

5.4 COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO

Para composição do endividamento, a empresa estudada apresenta 72,08% de obrigações que vão vencer no curto prazo do exercício de 2014. Pelos históricos, observa-se uma pequena redução deste índice, passando de 77,09% em 2012 para 72,08% em 2014, o que é bom para a organização. Conforme Ribeiro (1997), quanto menor o índice melhor, e quando observado historicamente com redução, demonstra que a empresa conseguiu alongar o perfil da dívida.

5.5 IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

No caso da Imobilização do Patrimônio Líquido, a empresa apresentou 75,69% em 2014, em outras palavras, de cada R\$ 100,00 de Patrimônio Líquido, foram investidos aproximadamente 75% em Ativo Permanente em 2014, em 25% ficou restante para ser destinado ao giro do ativo e ao realizável a longo prazo.

Para Ribeiro (1997), uma empresa que não possui capital circulante próprio, demonstra-se em uma situação desfavorável financeiramente. Esta imobilização em

torno de 75% torna a empresa menos dependente de capital de terceiros, o que torna uma empresa saudável financeiramente, levando em conta as informações de que quanto menor o índice, melhor para a empresa.

5.6 IMOBILIZAÇÃO DE RECURSOS NÃO CORRENTES

Com relação a imobilização de recursos não correntes, a empresa apresentou índice de 60,82% no ultimo periodo, e não sofreu alterações bruscas com relação aos ultimos dois periodos. Segundo Ribeiro (1997), este índice não deve passar de 100%, para que sempre exista um excesso de recursos não correntes levado em conta as imobilizações que foram destinadas a ativo circulante.

Com os dados apresentados pela empresa, entende-se como uma melhora, quando levado em conta a imobilização dos recursos não correntes, não comprometendo a situação financeira da mesma.

O gráfico 1 abaixo consegue ilustrar a situação ao longos dos periodos, quando tratado de estrutura de capitais da empresa:

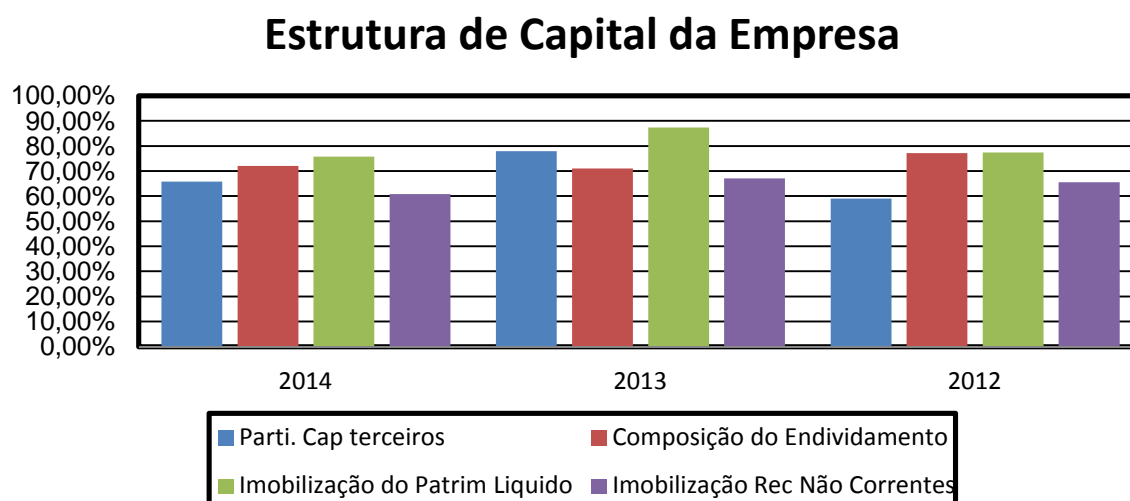


Gráfico 1 - Estrutura de capital da empresa

Fonte: Fonte própria baseado nos dados de Alpargatas S.A

5.7 ANÁLISE FINANCEIRA POR MEIO DE INDICES DE LIQUIDEZ

Em relação aos índices financeiros, temos três tipos analisados: liquidez seca, liquidez Corrente e liquidez Geral. Através destes índices se evidencia

justamente o quanto de recursos a empresa possui para saldar suas dividas, seja no curto ou longo prazo. A tabela 4 abaixo demonstra os indices calculados:

Tabela 8 - Indicadores de liquidez

Liquidez				
Análise	Denominação	2014	2013	2012
Liquidez	5- Liquidez Seca	1,55	1,69	1,85
	6- Liquidez Corrente	2,15	2,15	2,43
	7-Liquidez Geral	2,27	2,12	2,42

Fonte: Própria com dados calculados através de formulas dos indices de liquidez no periodo de 2012, 2013 e 2014 na análise do balanço patrimonial da empresa estudada

5.7.1 Liquidez Seca

No indice de liquidez seca, a empresa Alpargatas S.A se demonstrou sólida, ainda que ao longo dos periodos teve este indice decrescente. Conforme Blatt (2001) , o indice de liquidez seca estar na média, ou mesmo um pouco abaixo de 1,00, não deve significar nenhuma grande preocupação com relação a saude financeira. Este indice procura ser o mais cauteloso possível, uma vez que todos os elementos de incerteza são excluidos para o seu cálculo.

Ainda assim, a empresa apresentou ótimos numeros, sendo o mais recente em 1,55 o que demonstra que a organização alem de cumprir com suas obrigações imediatas ainda mantem uma sobra superior a 50% do total.

5.7.2 Liquidez Corrente

A liquidez corrente baseia-se em ativo circulante e passivo circulante, considerando portante, curto prazo. No periodo mais recente a empresa apresentou 2,15, mesmo saldo de 2013, sendo que estes estão abaixo ainda de 2012 que apresentou 2,43. Com estes numeros a empresa demonstra estar muito bem financeiramente, demonstra também que a empresa está trabalhando muito bem com relação a sua margem no produto, conforme observa-se no balanço, apenas o valor de clientes a receber já praticamente se equivale com o passivo circulante total. A empresa ainda conta com um valor alto de estoque e caixa, todavia, apenas pelo valor de margem obtido nos clientes já representa um dos motivos da empresa estar bem financeiramente.

5.7.3 Liquidez Geral

Para liquidez geral a empresa apresentou uma crescente desde 2013 que possuía 2,12 e no período de 2014 chegou a 2,27. Isto significa dizer que a empresa possui R\$ 1,27 para cada R\$ 1,00 de dívidas de curto e longo prazo, ou seja, supera a necessidade e ainda possui aproximadamente 125% de “sobra”. Em todos os períodos estudados, a empresa manteve a média acima de R\$ 2,00, o que demonstra que a empresa está muito bem com relação ao pagamento de suas obrigações.

Conforme o gráfico 2 abaixo, a empresa possui ótimos números em todos os quesitos de Liquidez:

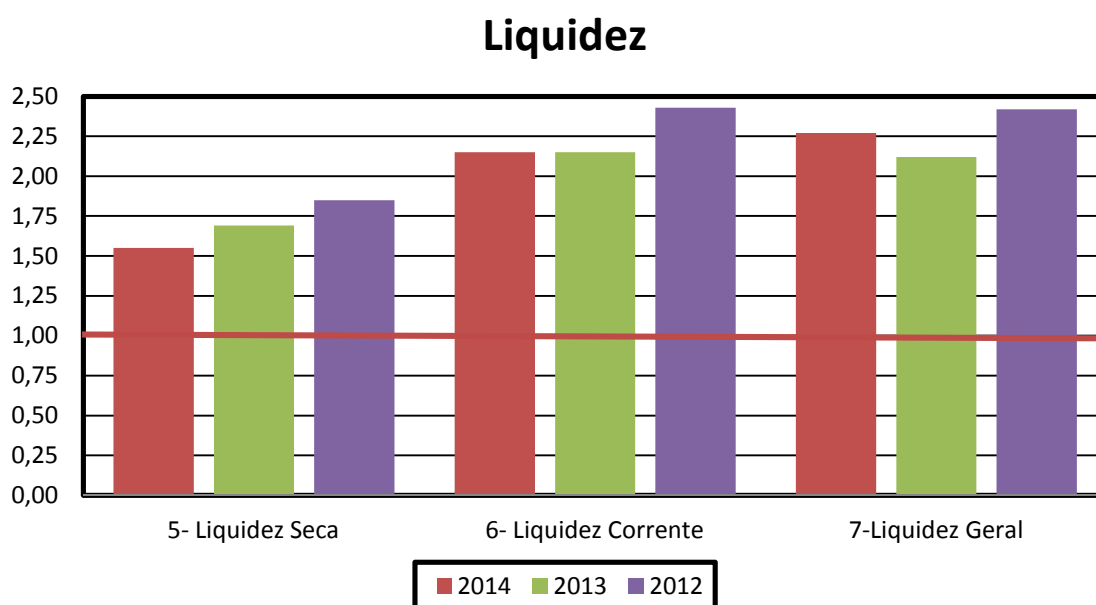


Gráfico 2 - Liquidez

Fonte: Fonte própria baseado nos dados de Alpargatas S.A

5.7.4 Análise financeira por meio de Índices de Rentabilidade

Para as análises de Rentabilidade, analisou-se Giro do ativo, Margem Líquida, Rent. Do ativo e Rent. Do patrimônio Líquido. Conforme a tabela 5 abaixo, apresenta os quatro fatores dentro dos períodos de 2012, 2013 e 2014:

Tabela 9 - Indicadores de Rentabilidade

Rentabilidade				
Análise	Denominação	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2012
Rentabilidade	8- Giro do Ativo	1,02	1,02	1,10
	9- Margem Líquida	19,12	21,81	22,04
	10- Rent. Ativo	7,86	9,21	10,24
	11. Rent do Pat. Líquido	13,64	16,89	16,89

Fonte: Própria com dados calculados através de formulas dos indices de Rentabilidade no periodo de 2012, 2013 e 2014 na análise do balanço patrimonial da empresa estudada

5.7.5 Giro do Ativo

Considerando o giro do ativo, temos no periodo mais recente o quociente de 1,02, significando que, para cada R\$ 1,00 investido a empresa também vendeu R\$ 1,02, isto quer dizer em outras palavras, que a empresa está vendendo em relação ao que está sendo investido. Quando este indice está superior a 1,00, já pode-se dizer que a empresa é estável, uma vez que vende mais do que investe, e provavelmente possui um volume muito alto nas vendas. Este valor sofreu apenas sensíveis alterações durante os três periodos, mantendo-se em uma média constante.

5.7.6 Margem Líquida

Para o indice de margem líquida, a empresa apresentou uma recente piora em relação aos periodos passados, contudo, o valor de 19,12 em 2014 ainda pode ser considerado um bom resultado. Uma vez que a margem líquida representa quanto a empresa lucrou no periodo estudado em relação ao que faturou, temos que a mesma consegue usufruir de 20% de margem sobre os seus custos.

Esta piora na margem, se deve ao aumento do custo do produto vendido, das despesas de vendas e despesas financeiras, que aumentaram relativamente em consideração aos outros periodos. Com o aumento nos custos, e o indice de margem líquida tendo uma piora, entende-se que a organização, apesar de estar aumentando seus custos não consegue os repassar no custo do produto para o consumidor, contudo, uma vez que possuem uma boa margem para trabalhar podem flexibilizar esta mesma margem de acordo com as estratégias planejadas. Neste coeficiente é muito comum perceber uma piora da margem, quando por exemplo, uma empresa tenta ganhar mercado frente a um concorrente forte, com

isso, geralmente a organização abre mão de uma maior margem para tentar fazer parte cada vez mais do mercado consumidor específico do produto.

5.7.7 Rentabilidade do Ativo

O índice de rentabilidade do ativo, retrata o quanto a empresa conseguiu retornar de lucro para cada real que foi destinado ao ativo da empresa. Neste índice também observamos uma piora em relação aos últimos períodos, temos em 2014 7,86, ou seja, significa dizer que, a empresa teve de lucro R\$ 7,86 para cada R\$ 100,00 investido em seu ativo. Como os índices de margem líquida e também o número de vendas tiveram piora nos últimos períodos, já era esperado que a rentabilidade do ativo seguisse o mesmo caminho. Ainda que os números não demonstrem uma fragilidade na saúde financeira da empresa, quando temos quedas na margem e nas vendas, a rentabilidade do ativo por consequência também sofrerá os impactos.

5.7.8 Rentabilidade do Patrimônio Líquido

Analisando a rentabilidade do patrimônio líquido, procuramos identificar o valor do capital próprio que foi investido na organização. Ao exemplo dos outros índices de rentabilidade, neste caso também tivemos uma piora com relação aos outros períodos. Uma vez que o lucro líquido dos períodos foi decrescente, a rentabilidade do patrimônio líquido também tendenciava a ter uma diminuição em relação aos dois primeiros anos. Este índice foi influenciado principalmente pelo aumento dos custos e das despesas operacionais que aumentaram ao longo dos três anos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este estudo é possível embasar e responder aos objetivos propostos no início do trabalho. Os dados levantados demonstram quais índices são importantes para uma análise de crédito baseada nos balanços de uma empresa a fim de minimizar o máximo possível o risco de inadimplência.

De acordo com os resultados obtidos, vemos que a empresa analisada apresenta ser saudável economicamente, sendo também muito forte no mercado em que atua. Levando em conta os índices de estrutura de capital, podemos destacar que a empresa possui um bom índice de participação no capital de terceiros fazendo mais uso de seus capitais próprios. A empresa obteve também uma melhora ao longo dos períodos em seu índice de , assim como, na imobilização de patrimônio líquido que também apresentou uma melhora em relação a períodos passados, demonstrando estar mais independente a capital de terceiros. Fechando a análise neste aspecto, também temos uma melhora em imobilização de recursos não correntes, tendo um índice de 60,82% no último período, lembrando que, de acordo com os autores pesquisados este índice tem de se manter abaixo de 100%.

Partindo das análises de índices de liquidez, todos os índices, liquidez seca, corrente e geral foram também pontos positivos para a empresa que apresentou bons números. Todos os índices estão bem acima do ponto de equilíbrio, demonstrando que a empresa está utilizando muito bem seus recursos e margem de produto.

Para os índices de rentabilidade a empresa manteve a média de bons resultados, demonstrando ser sólida financeiramente, melhorando durante os períodos estudados os índices de giro do ativo, margem líquida e rentabilidade do ativo. Quanto a rentabilidade do patrimônio líquido o índice se manteve igual ao período passado, todavia, sólido.

REFERÊNCIAS

<http://siteempresas.bovespa.com.br/consbov/ExibeTodosDocumentosCVM.asp?CNPJ=61.079.117/0001-05&CCVM=10456&TipoDoc=C&QtLinks=10> – acessado em 10/11/2015

ASSAF NETO, Alexandre. **Mercado Financeiro**. São Paulo: Atlas, 1999

BEGALLI, G. A.; PEREZ Jr., J. H. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2009

BERNI, Mauro Tadeu. **Operação e concessão de crédito**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

BLATT, Adriano. **Análises de balanços – estrutura e avaliação das demonstrações financeiras e contábeis**. São Paulo: Makron, 2001

DRUCKER, Peter Ferdinand. **Introdução à administração**. 3. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998

FIPECAFI, Ernesto Rubens Gelbcke; MARTINS, Eliseu. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. São Paulo: Editora Atlas

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FRANCO, Hilário. **Estrutura, análise e interpretação de balanços**. 15. Ed. São Paulo: Atlas, 1992.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de Administração financeira**. 7.ed. São Paulo: Harba, 1997.

GITMAN, Lawrence J. **Princípios de administração financeira**. 10. ed. São Paulo: Addison Wesley, 2004.

GITMAN, L. **Principios de administração financeira**. 12. Ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010

HOJI, M. **Administração financeira e orçamentária: matemática financeira aplicada, estratégias financeiras, orçamento empresarial**. 8 . Ed. São Paulo: Atlas, 2010

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 1982

IUDICIBUS , Sergio de. **Manual de Contabilidade das Sociedades por Ações**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 1998.

IUDICIBUS, Sergio de. **Análise de balanços**. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

JUNIOR, J.; BEGALLI, G. **Elaboração e análise das demonstrações contábeis**. 4. Ed. São Paulo: Atlas, 2009

MARION, José Carlos; IUDÍCIBUS, Sérgio de. **Introdução à Teoria da Contabilidade**. 3.ed. São Paulo: Altas, 1999

MARTINS, C.F.P (2011). **Os modelos das demonstrações financeiras**. Dissertação de mestrado. Instituto Politécnico do porto.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços**. 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1992

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MATARAZZO, Dante Carmine. **Análise financeira de balanços: abordagem básica e gerencial**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MIURA, Yuko; DAVI, Marcos Cesar Antunes. **Utilização de instrumentos de avaliação de riscos para concessão de créditos às pessoas jurídicas**. Akropolis: Revista de Ciências Humanas da Unipar, Umuarama, v.8, n.1, p.48-61, jan/mar. 20

NEVES, J. C. **Análise Financeira (Técnicas Fundamentais)**. Vol 1. Lisboa: Texto Editora, 2000.

NEVES, Silvério das; VICECONTI, Paulo Eduardo V. **Contabilidade avançada e análise das demonstrações financeiras**. 14.ed. São Paulo: Frase, 2005

REIS, A. **Demonstrações contábeis: estrutura e a análise**. 3. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanços fácil**. 5. Ed. São Paulo: Saraiva, 1997

SALAS, O.A. **Análisis econômico financeiro (interpretación de estados financeiros)**. 19º Ed. Barcelona, Gestión 2000, 2005.

SANTOS, José Odálio dos. **Análise de Crédito: Empresas, Pessoas Físicas, Agronegócio e Pecuária**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009

SCHRICKEL, Wolfgang Kurt. **Análise de Crédito: Concessão e Gerência de Empréstimos**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2000

SECURATO, José Roberto. **Credito, análise e avaliação de risco**. São Paulo: Saint Paul, 2010.

SILVA, José Pereira da. **Análise e decisão de crédito**. São Paulo: Atlas, 1988.

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de crédito**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008

SILVA, José Pereira da. **Gestão e análise de risco de credito**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 9. Ed. São Paulo: Atlas, 2008

SILVA, José Pereira da. **Análise financeira das empresas**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2001.

SILVA, K.R & Souza, P.C (2011) **Análise das demonstrações financeiras como instrumento para tomada de decisões**. Ingepro – Inovação, Gestão e Produção. Vol.03, no. 01 ISSN 1984-6193, 2011

ANEXOS

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Fomecedores	16	303.774	280.840	384.055	359.079
Empréstimos e financiamentos	17	111.609	69.601	275.311	188.406
Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	10.942	11.897
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		84.038	73.838	127.176	109.486
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	4.201	5.851	6.755	11.383
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	21	2.135	1.725	2.135	1.725
Obrigações tributárias	19	17.165	11.031	25.269	13.496
Perdas não realizadas em operações com derivativos	35.c	1.000	-	1.000	-
Contas a pagar p/ aquisição de participação societária	14	89.016	-	89.016	-
Provisões e outras obrigações	20	61.912	44.408	92.863	60.217
Total do passivo circulante		674.850	487.290	1.014.522	755.459
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	17	275.542	64.581	281.523	110.347
Obrigações renegociadas de controladas	18	-	-	50.731	60.773
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	-	-	-	-
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	22	19.302	18.985	30.514	25.788
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	133.611	114.109	133.611	114.109
Parcelamento de tributos - Lei nº 11.941/09		766	874	766	874
Outras obrigações		7.577	6.846	15.866	12.501
Total do passivo não circulante		436.798	205.395	513.011	324.372
Patrimônio líquido					
Capital social	24.a	624.610	562.158	624.610	562.158
Reservas de capital		162.086	163.183	162.086	163.183
Capital adicional integralizado		6.486	4.673	6.486	4.673
Reserva de lucros		1.121.802	988.953	1.121.802	988.953
Ajuste de avaliação patrimonial		(58.571)	(45.815)	(58.571)	(45.815)
Ações em tesouraria		(54.662)	(42.828)	(54.662)	(42.828)
Dividendo adicional proposto		32.700	25.300	32.700	25.300
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores		1.834.451	1.655.624	1.834.451	1.655.624
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas		-	-	-	5.274
Total do patrimônio líquido		1.834.451	1.655.624	1.834.451	1.660.898
Total do passivo e patrimônio líquido					
		2.946.099	2.348.309	3.361.984	2.740.729

Alpargatas S.A.

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2013 e 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	90.446	82.533	134.682	122.830
Aplicações financeiras	8	635.467	458.833	679.718	494.078
Contas a receber de clientes	9	705.629	604.367	801.554	694.169
Estoques	10	265.234	248.323	467.528	443.938
Impostos a recuperar	11	37.146	33.968	58.184	54.461
Despesas antecipadas		5.037	3.563	10.765	6.583
Ganhos não realizados em operações com derivativos	35.c	11.860	-	11.860	-
Outros créditos		27.105	24.901	19.968	22.928
Total do ativo circulante		1.777.924	1.456.488	2.184.259	1.838.987
Não circulante					
Impostos a recuperar	11	826	8.609	20.777	28.300
Depósitos judiciais	13	12.475	11.685	12.865	12.203
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	31.371	32.888	58.000	52.554
Partes relacionadas	21	1.163	4.536	-	-
Outros créditos		34.960	34.717	38.622	36.843
Investimentos:					
Empresas controladas e coligada	14	512.232	358.045	182.903	33.369
Outros		195	195	195	195
Imobilizado	15	502.535	382.923	624.264	494.369
Intangível	15	72.418	77.323	240.099	243.909
Total do ativo não circulante		1.168.175	891.821	1.177.725	901.742
Total do ativo		2.946.099	2.348.309	3.361.984	2.740.729

Alpargatas S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (BR GAAP e IFRS)	
		2013	2012	2013	2012
Operações continuadas					
Receita operacional líquida	26	2.523.550	2.258.278	3.425.959	3.008.982
Custo dos produtos vendidos	27	(1.425.176)	(1.255.245)	(2.005.390)	(1.734.178)
Lucro bruto		1.098.374	1.003.033	1.420.569	1.272.808
(Despesas) receitas operacionais					
Despesas com vendas	27	(593.929)	(542.146)	(823.259)	(745.952)
Despesas gerais e administrativas	27	(138.054)	(117.140)	(163.415)	(138.424)
Honorários dos administradores	21	(12.426)	(9.925)	(12.906)	(12.314)
Resultado de equivalência patrimonial	14	(21.385)	(23.269)	(27.087)	(42.864)
Outras despesas operacionais, líquidas	32	(54.100)	(42.482)	(68.503)	(40.493)
		(819.894)	(734.962)	(1.095.170)	(981.047)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		278.480	268.071	325.399	291.759
Receitas financeiras					
Receitas financeiras	30	50.190	56.868	55.545	61.788
Despesas financeiras					
Despesas financeiras	30	(25.788)	(17.158)	(75.380)	(55.067)
Ganhos em operações com derivativos		84.732	-	84.732	-
Perdas em operações com derivativos		(39.795)	-	(39.795)	-
Variação cambial, líquida	31	(3.570)	3.587	(3.085)	1.393
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		344.249	311.366	347.416	299.853
Imposto de renda e contribuição social - correntes					
Imposto de renda e contribuição social - correntes	12.b	(31.815)	(23.123)	(42.371)	(26.821)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos					
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	12.a	(2.423)	(8.260)	4.718	7.504
Lucro líquido do exercício		310.011	279.983	309.763	280.536
Lucro líquido do exercício atribuível à					
Acionistas controladores		310.011	279.983	310.011	279.983
Acionistas não controladores		-	-	(248)	553
Lucro líquido do exercício por ação					
Básico por ação ON - R\$	36	0,7017	0,6337	0,7017	0,6337
Diluído por ação ON - R\$	36	0,6937	0,6265	0,6937	0,6265
Básico por ação PN - R\$	36	0,7722	0,6974	0,7722	0,6974
Diluído por ação PN - R\$	36	0,7644	0,6903	0,7644	0,6903

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	8	193.901	90.446	316.610	134.682
Aplicações financeiras.....	8	144.505	635.467	169.012	679.718
Contas a receber de clientes	9	762.185	705.629	914.957	801.554
Estoques	10	304.055	265.234	595.233	467.528
Impostos a recuperar	11	38.780	37.146	68.340	58.184
Despesas antecipadas		4.302	5.037	12.546	10.765
Ganhos não realizados em operações com derivativos	35.c)	6.776	11.860	6.776	11.860
Outros créditos.....		14.207	27.105	39.809	19.939
Ativos mantidos para venda		-	-	15.572	29
Total do ativo circulante.....		1.468.711	1.777.924	2.138.855	2.184.259
NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	11	6.302	826	28.465	20.777
Depósitos judiciais	13	14.013	12.475	15.084	12.865
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	12.a)	38.522	31.371	53.209	58.000
Partes relacionadas.....	21	-	1.163	-	-
Outros créditos.....		34.075	34.960	40.869	38.622
Investimentos:					
Empresas controladas e coligada.....	14	843.876	512.232	-	182.903
Outros.....		195	195	2.042	195
Imobilizado	15	542.933	502.535	698.095	624.264
Intangível.....	15	86.615	72.418	669.947	240.099
Total do ativo não circulante		1.566.531	1.168.175	1.507.711	1.177.725
TOTAL DO ATIVO					
		3.035.242	2.946.099	3.646.566	3.361.984

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
CIRCULANTE					
Fornecedores.....	16	276.650	303.774	396.898	384.055
Empréstimos e financiamentos	17	184.604	111.609	295.931	275.311
Partes Relacionadas	21	13.075	-	-	-
Obrigações renegociadas de controladas.....	18	-	-	9.106	10.942
Obrigações trabalhistas e previdenciárias.....		90.440	84.038	150.873	127.176
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	5.654	4.201	10.819	6.755
Juros sobre o capital próprio e dividendos a pagar	21	2.074	2.135	2.074	2.135
Obrigações tributárias.....	19	17.339	17.165	41.128	25.269
Perdas não realizadas em operações com derivativos.....	35.c)	784	1.000	784	1.000
Contas a pagar pela aquisição de participação societária	14	-	89.016	-	89.016
Provisões e outras obrigações	20	42.051	61.912	88.010	92.863
Total do passivo circulante		<u>632.671</u>	<u>674.850</u>	<u>995.623</u>	<u>1.014.522</u>
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	17	215.398	275.542	218.072	281.523
Obrigações renegociadas de controladas.....	18	-	-	43.020	50.731
Imposto de renda e contribuição social diferidos.....	12.a)	-	-	86.222	-
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	22	16.012	19.302	27.620	30.514
Tributos com exigibilidade suspensa e outros	23	167.638	133.611	167.638	133.611
Parcelamento de tributos - Lei 11.941/09		-	766	-	766
Outras obrigações		5.797	7.577	7.467	15.866
Total do passivo não circulante		<u>404.845</u>	<u>436.798</u>	<u>550.039</u>	<u>513.011</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	24.a)	648.497	624.610	648.497	624.610
Reservas de capital		169.241	162.086	169.241	162.086
Capital adicional integralizado.....		8.220	6.486	8.220	6.486
Reserva de lucros		1.134.716	1.121.802	1.134.716	1.121.802
Ajuste de avaliação patrimonial.....		(25.044)	(58.571)	(25.044)	(58.571)
Ações em tesouraria		(85.004)	(54.662)	(85.004)	(54.662)
Dividendo adicional proposto		147.100	32.700	147.100	32.700
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas controladores.....		1.997.726	1.834.451	1.997.726	1.834.451
Participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido das controladas.....		-	-	103.178	-
Total do patrimônio líquido		<u>1.997.726</u>	<u>1.834.451</u>	<u>2.100.904</u>	<u>1.834.451</u>
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....		<u>3.035.242</u>	<u>2.946.099</u>	<u>3.646.566</u>	<u>3.361.984</u>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 E DE 2013
(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido do exercício por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2014	2013	2014	2013
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
Receita operacional líquida.....	26	2.642.523	2.523.550	3.711.162	3.425.959
Custo dos produtos vendidos.....	27	(1.626.343)	(1.425.176)	(2.212.917)	(2.005.390)
LUCRO BRUTO		1.016.180	1.098.374	1.498.245	1.420.569
(DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS					
Despesas com vendas.....	27	(631.699)	(593.929)	(914.453)	(823.259)
Despesas gerais e administrativas.....	27	(144.235)	(138.053)	(191.527)	(162.704)
Honorários dos administradores.....	21	(14.124)	(12.427)	(16.756)	(13.617)
Resultado de equivalência patrimonial.....	14	126.567	(21.385)	(19.513)	(27.087)
Outras despesas operacionais, líquidas.....	32	(64.058)	(54.100)	(30.977)	(68.503)
		(727.549)	(819.894)	(1.173.226)	(1.095.170)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		288.631	278.480	325.019	325.399
Receitas financeiras.....	30	56.946	50.190	66.712	55.545
Despesas financeiras.....	30	(49.865)	(25.788)	(88.606)	(75.380)
Ganhos em operações com derivativos.....	30	46.115	84.732	46.115	84.732
Perdas em operações com derivativos.....	30	(41.784)	(39.795)	(41.784)	(39.795)
Varição cambial, líquida.....	31	(29.305)	(3.570)	(5.091)	(3.085)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		270.738	344.249	302.365	347.416
Imposto de renda e contribuição social - correntes.....	12.b)	(88)	(31.815)	(15.207)	(42.371)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos.....	12.a)	9.501	(2.423)	(630)	4.718
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		280.151	310.011	286.528	309.763
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ATRIBUÍVEL À					
Acionistas controladores.....		280.151	310.011	280.151	310.011
Acionistas não controladores.....		-	-	6.377	(248)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO					
Básico por ação ON - R\$.....	36	0,5779	0,7017	0,5779	0,7017
Diluído por ação ON - R\$.....	36	0,5725	0,6937	0,5725	0,6937
Básico por ação PN - R\$.....	36	0,6359	0,7722	0,6359	0,7722
Diluído por ação PN - R\$.....	36	0,6304	0,7644	0,6304	0,7644

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.